

## RELAÇÕES DE TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES DO MEIO RURAL<sup>1</sup>

Moniele Soares da Silva<sup>2</sup>  
Rosicléia Jesus da Silva<sup>3</sup>  
Wagnervalter Dutra Júnior<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo foi elaborado a partir das reflexões iniciais da pesquisa de mestrado em desenvolvimento e tem como objetivo analisar as condições de vida e trabalho enfrentadas pelos(as) jovens trabalhadores(as) do campo frente ao sistema capitalista. O foco da análise está na região do Alto Sertão da Bahia, onde a escassez de investimentos na agricultura familiar camponesa e a concentração de capital em setores como o agronegócio, a mineração e a energia eólica criam um cenário de poucas oportunidades para a juventude. Essa disparidade de recursos empurra os(as) jovens para a migração em busca de emprego, muitas vezes resultando no abandono da educação formal, pois não conseguem gerar renda em sua própria região. Para aprofundar essa questão, a pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com trabalhadores rurais migrantes do município de Pindaí, na Bahia. Esses(as) jovens se deslocam para Minas Gerais para atuar na colheita de café, e suas experiências de vida e trabalho serão o ponto central da análise. O método e os procedimentos da pesquisa são embasados no materialismo histórico-dialético, visando compreender integralmente as experiências dos(as) trabalhadores(as). Os resultados preliminares da pesquisa já apontam para um sistema educacional que é, por si só, excludente. Isso porque os currículos não incluem temas alinhados às vivências dos(as) estudantes do campo, desvalorizando seus conhecimentos e, consequentemente, não despertando seu interesse. Além disso, a pesquisa destaca a falta de políticas públicas eficazes para a permanência da juventude no campo, corroborando para um cenário de falta de perspectivas, tanto para os estudos quanto para o desenvolvimento de uma trajetória profissional na região de origem. Em última análise, a pesquisa busca evidenciar as desigualdades estruturais que moldam a vida e o futuro desses(as) jovens, mostrando como o capitalismo e as suas prioridades de investimento impactam diretamente em suas decisões de vida.

**Palavras-chave:** Jovens Trabalhadores(as) Rurais, Evasão Escolar, Migração.

---

1 Pesquisa desenvolvida a partir do projeto de mestrado em Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade (PPGELS) e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, [monielesoares.uneb@gmail.com](mailto:monielesoares.uneb@gmail.com);

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, [rjsuneb@gmail.com](mailto:rjsuneb@gmail.com);

4 Professor Doutor do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, [wdutra@uneb.br](mailto:wdutra@uneb.br).



## INTRODUÇÃO

Historicamente, o povo do campo foi marcado pela negação de direitos, invisibilidade, falta de acesso à terra, ao trabalho e à educação. Estereotipado como um lugar de atraso e sem perspectivas, o campo passou de um lugar rico em cultura, diversidade, saberes e identidade para um local de exploração dos recursos naturais, especificamente para prática da agricultura comercial e pecuária, ou seja, o agronegócio invadiu o meio rural para produzir *commodities* em detrimento das diversas formas de existências ali presentes e que hoje resistem, embora seja pouco ou quase nada o apoio que recebem. A exemplo podemos citar os investimentos bilionários destinados ao plano safra 2025/2026, em que o total de R\$ 516 bilhões para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, enquanto para a agricultura familiar foram destinados R\$86 bilhões<sup>5</sup>. Essa mesma agricultura familiar, que resiste e segue produzindo alimentos que sustentam o povo brasileiro, recebe pouco investimento comparado ao agronegócio que produz para exportação e enfraquece a produção de alimentos para o mercado interno, intensificando a dependência do trabalhador rural em relação à mobilidade do trabalho à informalidade que são elementos centrais e estruturais da sua exploração.

Mas o que isso tem a ver com a educação? o cenário de negação de direitos não ficou para trás. A violência histórica, herança da colonização, que desapropriou os/as trabalhadores da posse e relação com a terra, culminou com a expulsão do povo do campo e/ou precarização das suas condições de vida em seus territórios. A violência se perpetuou em políticas de Estado que marginalizaram o campo, como é o caso das políticas educacionais que culminaram no fechamento das escolas do campo.

Estas escolas que existiam foram sucateadas até que encontrassem na prerrogativa de melhorar a qualidade da educação, uma “justificativa” para nucleá-las na cidade. A partir da década de 1970, por meio da negação do direito de estudar, ter uma escola perto de sua casa e que tem ligação com a sua realidade, o povo do campo ou deixou de frequentar a escola ou passou a se deslocarem para a cidade para estudar. T tamanha violência foi marcada por consequências como o êxodo rural, evasão escolar, uso prolongado de transporte escolar (quando tinha) e altos índices de analfabetismo, dentre outros. Silva, (2021), tomando como base o Censo da Educação Básica do INEP 2021, coloca que entre os anos 2000 e 2020 mais

---

5 Fonte: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-2025-2026#:~:text=O%20Governo%20Federal%20lan%C3%A7ou%20o,artesanal%20e%20o%20pequeno%20aquicultor.>





62 mil escolas no meio rural foram fechadas, tendo a região nordeste uma taxa de 56,4% no percentual de fechamentos.

Além da violência sofrida por essa população, ela ainda é responsabilizada pelo seu fracasso escolar quando na realidade elas foram expulsas do processo de escolarização. A evasão escolar na maioria dos casos não é uma escolha do sujeito do campo, é um direito negado quando fecham as escolas. Além disso, evadir-se da escola é a única via de sobrevivência para o/a estudante trabalhador, pois não consegue conciliar a escola com trabalho, e abandona a escola para trabalhar ou não terá condições de garantir o próprio alimento e de sua família diante das dificuldades de produzir em suas pequenas propriedades familiares sem investimento público.

O ruralismo enraizado caracteriza o campo apenas como um espaço físico com potencial para o desenvolvimento e expansão da produção agropecuária e, mais especificamente na região do Território de Identidade Sertão Produtivo, a exploração por meio da mineração e instalação de parques de energia eólica e solar. A nucleação das escolas do campo na cidade faz parte da estratégia capitalista de expulsão dos povos que nele vivem e trabalham para dar espaço para a execução dos grandes projetos. Além disso, essas empresas contribuem para o elevado custo de vida e aumento do desemprego, visto que a maioria dos/as seus/as trabalhadores/as vêm de fora, não dando oportunidades para quem já é da região.

Diante dessa problemática tão frequente e que privam as pessoas do campo de uma qualidade de vida e escolarização, por conta do trabalho, este texto tem como objetivo analisar as condições de trabalho e vida enfrentadas pelos jovens trabalhadores do campo frente ao atual sistema agropecuário e concentração fundiária, destacando os principais desafios enfrentados pelos/as jovens trabalhadores rurais na busca por formas de sustento; examinando as estratégias adotadas por esses/as trabalhadores/as para enfrentar as adversidades e construir trajetórias profissionais no campo ou fora dele; Busca também compreender as experiências de deslocamento da juventude do campo em busca de melhores oportunidades de trabalho; analisar quais os sentidos os/as trabalhadores/as atribuem à educação escolar para sua vida; colaborar com o ensino escolar através do estudo dos processos migratórios inter-regionais e as relações que são estabelecidas com o sistema capitalista de produção.



Espera-se que este estudo contribua para a construção de um conhecimento mais amplo sobre a juventude do campo e suas relações de trabalho, destacando a importância do reconhecimento e apoio a esses/as jovens, além de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que incentivem a permanência e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Ademais, é de fundamental importância que a educação se aproxime da reflexão sobre tais condições de precarização do trabalho dos jovens, que diante da necessidade de sobrevivência são produzidos enquanto móveis no território em que o capital dá as cartas. A miséria especializada permanece funcional para atender aos desígnios acumulativos do capital, visando maximizar os lucros e o mais valor produzido nos meandros do desenvolvimento desigual e combinado, feição geográfica inerente ao processo reprodutivo e acumulativo capitalista.

Nesse sentido faz-se importante tal aproximação para os objetivos do presente texto, na medida em que a marca da mobilidade do trabalho sobre o território, pressionado pelas investidas do capital – no caso específico da região destacam-se a mineração e a energia eólica –, é expressivo no âmbito dos espaços abordados na pesquisa. Tal mobilidade desenha uma geografia que segue reproduzindo a mão de obra precariamente, para poder garantir que tal precarização – evidenciada no aumento da exploração – se converta em mais tempo de trabalho socialmente necessário sob o controle do capital e suas frações. A espacialidade é fundamental para a compreensão da totalidade do objeto pesquisado.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### **A Educação Escolar em Face do Capitalismo e a Evasão Motivada pelo Trabalho**

O trabalho é uma característica própria da vida humana. Ele não só nos caracteriza, como também é fundamental para a nossa humanização coletiva e para a própria existência da sociedade, pois sem trabalho, a vida como conhecemos seria inviável. Marx explicou que a condição da existência humana se dá na objetividade de suas ações, dotadas de consciência e idealização de sua produção e do caminho a ser utilizado para que resulte em um objeto que satisfaça às suas necessidades. Ou seja, o trabalho, antes de ser materializado, é idealizado, e é por este motivo que os seres humanos são distintos dos animais (mesmo aqueles que





produzem). É por essa capacidade de idealização e de pré-ideação que o trabalho humano se diferencia da produção instintiva própria dos animais.

Lukacs (2018), acrescenta que o trabalho é categoria fundante do ser social pois à medida que o ser humano trabalha para suprir suas necessidades, outras possibilidades e necessidades tanto subjetivas quanto objetivas que antes não existiam aparecem a partir da realização do trabalho e, portanto, ele é fundamental para a existência e manutenção da vida social do ser humano. No mundo animal, as ações de produção são instintivas, buscam alimentos e sobreviver. Os seres humanos, ao suprir uma necessidade, seja alimentícia ou de abrigo ou de proteção percebem que outras necessidades surgem e começam a trabalhar com mais objetivos a serem alcançados como a vestimenta, proteção para os pés, confecção de ferramentas para aperfeiçoar o seu trabalho, dentre outras.

O ser humano é constituído por diversas características, além do trabalho. A subjetividade do ser é elemento importante para sua construção social, nela se apresentam as dimensões internas do ser que envolvem sua criatividade, seus desejos, emoções, valores e sua capacidade de pensar criticamente. O trabalho não é a única forma de humanização, porque existem outros aspectos que constroem o ser. No entanto, o trabalho tem a condição de humanização quando diferencia o modo de vida dos seres humanos dos outros seres como os animais, mas isso só é humanizador enquanto conseguimos conciliar o labor com as diversas outras atividades próprias do ser como o lazer, a diversão, o estudo dentre outras que nos possibilita ter consciência e olhar crítico sobre o que estamos fazendo e o porquê. A essência humanizadora do trabalho reside em passar pelo processo produtivo, produzir bens de uso para melhoria da vida humana, sem deixar de aproveitar a vida que existe fora do trabalho.

O trabalho é humanizador quando por meio dele o/a trabalhador/a consegue viver para além da atividade laborativa. Jornada de trabalho reduzida, o respeito e valorização da subjetividade do ser humano, boas condições e relações de trabalho não são apenas essenciais para a humanização do/a trabalhador como também melhora a sua produtividade e qualidade do trabalho, visto que a sua criatividade, intelectualidade e pensamento crítico estão sendo valorizados.

Em Marx (2013), entendemos que a acumulação primitiva é o caminho para o modo de produção capitalista, pois a sociedade é dividida naqueles que, por algum motivo, herdaram riquezas e têm propriedades e aqueles que não possuem nenhum bem e precisam vender sua força física para sobreviver. Portanto, o capitalista, antes de o ser, precisa acumular riquezas, mesmo que ainda não possua os meios de produção. Entretanto, essa







acumulação não é resultado de trabalho árduo ou de uma poupança criada por meio de economias. A

acumulação primitiva nasce de um processo histórico de expropriação violenta e forçada da desapropriação dos meios de produção dos/as trabalhadores/as. Em outras palavras, foi o roubo da terra das mãos dos/as que nela trabalham e produzem para viver. Foi por meio da colonização, da dominação, do extermínio de povos e do roubo que os capitalistas alcançaram a condição de donos dos meios de produção.

Portanto, no sistema capitalista, o trabalho assume uma condição diferente. Não tem mais o objetivo de produzir a subsistência do ser humano, neste sistema, o trabalhador é controlado pelo capitalista. Há a imposição da utilização adequada dos meios de produção que consiste em controlar a qualidade do trabalho para que a matéria prima não seja desperdiçada ou má utilizada e controlar a quantidade do trabalho a fim de garantir que o trabalhador vai produzir o necessário para gerar valor, afinal, o produto é propriedade do capitalista, pois aqui o processo de trabalho não é mais entre o homem e a natureza, é entre coisas que está sob a posse do capitalista.

A miséria do trabalho, se concentra, principalmente, no sociometabolismo do capital e na sua necessidade de ir se moldando e ampliando a exploração do/a trabalhador ao roubar seu tempo de vida e valor de seu trabalho sobrando para acumulação de capital. A precarização do trabalho reflete na miséria do/a trabalhador/a que foi levado a condição de desumanização, coisificação e objetificação. Ao longo deste capítulo veremos como a miséria do trabalho se materializa na vida dos/as trabalhadores/as e como eles/as reagem às investidas capitalistas de dominação e exploração.

Entendemos que o trabalho no sistema capitalista tem duas principais vertentes. Se por um lado os produtos do trabalho geram riquezas à classe burguesa. Por outro lado, existe uma vasta população jogados às margens da sociedade em pobreza, precarização e miséria. Vimos que as transformações no mundo do trabalho beneficiaram historicamente os donos dos meios de produção, enquanto que a classe trabalhadora é dominada, manipulada e desumanizada de forma planejada para que não rompa o ciclo da acumulação.

Assim como o trabalho humaniza, mas na contradição do sistema capitalista desumaniza, a educação apresenta a contradição a partir do neoliberalismo. Ela pode ser libertadora quando oferece um aprendizado crítico voltado para a emancipação da classe trabalhadora, é essa educação que acreditamos e lutamos para que seja efetivada, mas não podemos deixar de falar sobre como o neoliberalismo transforma a educação em um





instrumento de dominação das massas. A subjetividade do/a trabalhador/a é formada também na escolarização.

Sob o comando do capital, o sistema educacional serve à reprodução das relações sociais de produção. Muito se ouve falar sobre a “qualificação para o mercado de trabalho”, “projeto de vida” dentre outras nomenclaturas que incentivam a individualidade e a padronização dos sujeitos à lógica mercadológica da força de trabalho, enfatizando a responsabilidade e a busca individual pelo sucesso ou fracasso escolar e profissional.

As circunstâncias históricas permanecem sob o jugo da cisão do gênero humano em classes sociais. As relações sociais dominantes buscam reduzir o trabalho humano de atividade vital a mercadoria força de trabalho. Uma mercadoria cujo valor se define no mercado do emprego— compra e venda de força de trabalho. No interior destas relações sociais a educação, de direito social e subjetivo, tende a se reduzir a uma preparação psicofísica, intelectual, estética e afetiva subordinada às necessidades unidimensionais da produção mercantil. (Frigotto, 2009, p.72)

A educação é frequentemente reduzida à preparação de mão de obra qualificada alinhada às necessidades do capital em ter trabalhadores/as especializados e ao mesmo tempo substituíveis. A informalidade atinge principalmente trabalhadores/as que estão na base da pirâmide social e prejudicados pela separação com a terra. O trabalho no campo é princípio educativo

## **METODOLOGIA**

A abordagem metodológica será qualitativa pois esta, “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p.22).

O estudo está sendo desenvolvido a partir do método do materialismo histórico dialético, pois de acordo Tonet (2013), o método se preocupa com integralidade do objeto e a partir da sua realidade, ainda que de modo aproximado, é que se deve indicar os procedimentos a serem seguidos para conhecê-la.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados são entrevistas semiestruturadas. No que se refere à entrevista, Minayo (2001) ressalta que esta possibilita ao pesquisador a obtenção de informações importantes por meio da fala dos sujeitos sociais. As falas, gestos e expressões são elementos relevantes para captação de informações, análise e descrição dos dados. Para isso, a pesquisa está sendo realizada com a participação de 10 trabalhadores e trabalhadoras das comunidades rurais do município de Pindaí, localizado no Território de





Identidade Sertão produtivo, na Região Sudoeste da Bahia, que deixaram a escolarização e migram para o estado de Minas Gerais para trabalhar na colheita de café e atividades agropecuárias.

As entrevistas também terão caráter autobiográfico em que os participantes poderão descrever suas histórias de vida e trajetória de luta no campo e a busca pelo trabalho. A partir destes relatos, serão produzidos 3 episódios de *podcast* intercalando as vozes dos/as trabalhadores com estudiosos e militantes que atuam diretamente com as questões que envolvem a exploração pelo trabalho.

É preciso que a sociedade tome conhecimento de suas realidades para cobrar efetivação de políticas públicas para convivência com o meio em que vive e dê possibilidades de crescimento e permanência nos seus espaços de origem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os jovens do campo em idade escolar enfrentam diversos desafios em relação às questões de trabalho, sobretudo, a partir de uma lógica capitalista em que o campo é visto apenas como uma área rural propícia para atividade do agronegócio que recebe maiores subsídios financeiros. Assim, a agricultura familiar não recebe tamanho investimento e esses jovens não encontram no campo formas de trabalho que ajudem significativamente na renda familiar, ao mesmo tempo em que possam conquistar seus próprios bens materiais mais básicos, sem abandonar a formação escolar.

Embora tenha se desenvolvido diversas tecnologias para o trabalho rural, tais melhorias se restringem a aqueles que detêm os meios de produção, acesso à terra e investimentos. Enquanto que a classe trabalhadora, inclusive jovens em idade escolar, se submetem a labutas insalubres para conseguir a sobrevivência de suas famílias.

O modo de produção capitalista é baseado na busca pelo lucro e na propriedade privada dos meios de produção e isso tem gerado uma série de impactos na vida dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade. Os/as trabalhadores/as que migram de suas cidades para outros espaços para trabalhar carregam consigo uma esperança de que através da sua força de trabalho, mudará a realidade de dificuldades financeiras de sua família. Assim, valerá a pena todo esforço e a distância dos entes queridos na busca pela sobrevivência. Nesse sentido, são forçados, pela sua própria condição flutuante e móvel para o capital, a serem extremamente produtivos estando disponíveis para o dono da fazenda, ultrapassando os







limites de carga horária de trabalho, alimentação e esforço físico. Assim o sentido do trabalho passa de humanizador para alienador como colocam Navarro e Padilha (2007, p. 15),

O capitalismo traz consigo uma série de contradições, muitas delas relacionadas ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital se torna degradado, alienado, estranhado. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender as necessidades do capital. Sob o capitalismo, explicou Marx, o trabalhador decai à condição de mercadoria e a sua miséria está na razão inversa da magnitude de sua produção.

O caráter humanizador da prática do trabalho se perde quando o/a trabalhador/a se submete a exploração da sua mão de obra para sobreviver, perde tempo com a família, não vê os filhos crescendo, não desfruta da escolarização e obtenção de conhecimentos sistematizados. A partir dessa desumanização vem a alienação o qual o/a trabalhador/a não se vê mais como ser humano e passa a ser uma máquina a serviço do capital, sendo explorado com a esperança de conseguir o mínimo para sobrevivência. Assim, as questões de saúde (física e psicológica), educação e lazer deixam de ser parte essencial da vida do/a trabalhador/a.

A educação escolar gera impactos na vida do cidadão sejam eles positivos ou negativos, no entanto o acesso e permanência à educação escolar para a população do campo historicamente foi e continua sendo negado. Desde o sucateamento à nucleação das escolas do campo na cidade, escancarou os significados que o Estado atribui ao povo do campo, ao negar-lhes a escolarização, próximo ao seu local de moradia. Além dessa problemática, existem ainda as contradições do sistema capitalista o qual reforçam as desigualdades sociais, principalmente sobre as questões de renda, como aponta Marx (1844, p. 80), “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”.

Aos/as jovens do campo, com a dificuldade de exercer a prática da agricultura decorrente do exagerado investimento no agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa, não veem alternativas senão se deslocarem em busca de trabalho.

Pesquisadora: Você sente falta da época da escola?

Participante A: Nuns pontos, sim.

Pesquisadora: Você pensa ou já pensou em voltar a estudar?

Participante A: Já pensei, mas hoje, particularmente, não.

Pesquisadora: Por que não?

Participante A: Não tenho tempo.





Pesquisadora: Você acha que se lá atrás, quando você parou de estudar, se você não tivesse parado, se você tivesse continuado a estudar, hoje você teria uma realidade melhor?

Participante A: Depende da oportunidade... se gente tivesse a oportunidade de estudar, de fazer uma faculdade... Só que hoje os estudos... Se não tiver condições de fazer uma faculdade, não muda muito a realidade.

O participante externaliza a falta de tempo para estudar, visto que não consegue conciliar com o trabalho. Especificamente os/as trabalhadores/as que viajam para trabalhar em outro

Para o ambiente escolar, é importante pensar e debater, também, a respeito das migrações inter-regionais, o qual, pela força capitalista, milhares de jovens arriscam suas vidas transitando de uma região para outra a fim de estabelecer melhores condições de vida. Nesse aspecto, o ensino no espaço escolar deve partir de realidades como essa, viabilizando a discussão da prematuridade que é a influência do sistema capitalista sobre essas pessoas que ainda não concluíram as etapas básicas do processo formativo, mas que já se tornam mão de obra.

A juventude do campo é frequentemente marginalizada nas discussões sobre trabalho e políticas sociais, o que reforça a invisibilidade e a exclusão de suas demandas específicas. Compreender as experiências de deslocamento e os desafios enfrentados por esses/as jovens é fundamental para propor políticas públicas mais adequadas às suas necessidades e aspirações, bem como promover a valorização do trabalho rural e a melhoria das condições de vida no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a migração motivada pela busca de trabalho deve ser pauta nos processos educativos. A escola não pode se abster de pensar a educação considerando os diversos sujeitos e realidades que a compõem. Nesse sentido, pensar a migração inter-regional no currículo de geografia é de grande relevância, visto que as relações de trabalho, renda e vida dos e das estudantes e seus familiares são estabelecidas concomitantemente com a implementação do sistema capitalista de produção.

As reflexões apresentadas neste estudo apontam para uma realidade complexa e desafiadora enfrentada pela juventude trabalhadora do campo, especialmente na região do Território Alto Sertão da Bahia. A agricultura familiar camponesa, embora seja fundamental para a sobrevivência de muitas famílias, enfrenta um cenário de falta de investimentos que





limita a capacidade dos trabalhadores rurais de produzir o suficiente para o sustento diante dos diversos problemas inerente ao modo de produção do sistema capitalista.

Diante da análise, vimos uma contradição marcante na região, onde a presença de empresas de energia eólica e mineração não resulta em oportunidades de emprego significativas para a população local. Enquanto isso, os jovens do campo enfrentam obstáculos significativos para acessar a educação formal e são obrigados a migrar em busca de trabalho, em condições precárias e desumanas.

Destacamos a necessidade urgente de políticas públicas que reconheçam e apoiem a juventude do campo e que proporcione oportunidades de desenvolvimento sustentável em suas comunidades de origem. Ressalta, ainda, a importância de compreender as experiências de deslocamento e os desafios enfrentados por esses jovens, a fim de informar a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas. A metodologia adotada, baseada em uma abordagem qualitativa e no materialismo histórico dialético, permite uma compreensão profunda das realidades vivenciadas pelos trabalhadores rurais, destacando suas lutas e estratégias de enfrentamento. As entrevistas semiestruturadas e autobiográficas oferecem uma oportunidade valiosa para captar as vozes e experiências dos próprios participantes,

Espera-se que este trabalho contribua nas discussões sobre o ensino da geografia, mais especificamente no que se refere às migrações inter-regionais, buscando formas de aliar a vida social da população ao currículo escolar, dando sentido ao processo de escolarização, e que auxilie também no debate sobre as questões enfrentadas pela juventude do campo e para o desenvolvimento de políticas mais justas e inclusivas, que reconheçam e valorizem o papel fundamental desses trabalhadores na construção de uma sociedade mais justa.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade do Estado da Bahia pelo apoio e incentivo à produção científica e à Fundação de Amparo a Pesquisa do estado da Bahia (FAPESB) pela bolsa que financia a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos** [1844] (trad. Jesus Ranieri). São Paulo: Boitempo, 2004: Prefácio; Salário,





MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

X Encontro Nacional das Licenciaturas  
IX Seminário Nacional do PIBID

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 14-20, 2007.

OLIVEIRA, Vitor Hugo Nedel. Análise das pesquisas sobre juventude na pós-graduação da Geografia brasileira. **Revista de Geografia (Recife)** V. 40, No. 3, 2023.

SILVA, Priscila Teixeira da. **Da mandioca à farinhada: aproximações e distanciamentos entre Educação do Campo e gestão escolar no Território Sertão Produtivo-BA.** Salvador, 2021. 209 f. Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduc). Departamento de Educação, Campus I, Universidade do Estado da Bahia, 2021

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

